

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA**Aviso n.º 4333/2007**

1 — Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho da presidente da Câmara Municipal da Guarda de 15 de Fevereiro do ano 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior de 1.ª classe na área de engenharia mecânica do grupo de pessoal técnico superior.

2 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — O concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga mencionada, esgotando-se com o seu provimento.

4 — O local de trabalho é nos Paços do Concelho da Guarda e o lugar a prover será remunerado pelo escalão fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — São condições de admissão estar provido com o mínimo de três anos na categoria de técnico superior 2.ª classe, com a classificação de serviço de *Bom* nos últimos três anos, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98 de 30 de Dezembro.

6 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, expedido até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos: identificação completa (nome, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, residência e número de telefone).

6.1 — Para os funcionários estranhos à Câmara Municipal da Guarda, juntamente com o requerimento, os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar a seguinte documentação:

- a) Habilitações literárias;
- b) Identificação da categoria, entidade onde presta serviço, natureza do vínculo e escalão em que se encontra posicionado, bem como menção do lugar a que concorre, fazendo referência ao presente *Diário da República*;
- c) Classificação de serviço nos últimos três anos;
- d) *Curriculum vitae* detalhado;
- e) Declaração, passada e autenticada pelo dirigente do serviço a que pertencem, onde conste a natureza do vínculo e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

6.2 — Os funcionários pertencentes ao serviço ou organismos para cujo lugar o concurso é aberto são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual.

7 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as inerentes ao cargo para o qual o concurso é aberto, nomeadamente funções de autonomia e responsabilidade, funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos inerentes à respectiva licenciatura, inseridas (despacho n.º 19 956/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Setembro de 2002).

8 — A selecção dos candidatos será feita por avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, sendo a graduação final expressa de 0 a 20 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = AC + EPS / 2$$

em que:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

9 — Na avaliação curricular foi deliberado aplicar a seguinte fórmula, tendo em consideração o previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

$$AC = HL + EP + FP + (2 \times CS) / 5$$

em que:

HL = habilitações literárias;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional;
CS = classificação de serviço.

9.1 — A prova de entrevista tem em vista avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

Os factores a considerar para esta prova são os seguintes:

- a) Capacidade de expressão e compreensão verbal;
- b) Motivação e maturidade para o desempenho da função;
- c) Capacidade de relacionamento e sentido de responsabilidade;
- d) Perfil e experiência profissional para o desempenho do cargo.

10 — Nenhum dos métodos de selecção tem carácter eliminatório, constando todos os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, da acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme estabelecem a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — A relação de candidatos será afixada no *placard* do *hall* de entrada do edifício dos Paços do Município, sito na Praça do Município, 6301-854 Guarda.

12 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos nos termos do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Vítor Manuel dos Santos Fazenda, vereador do município da Guarda.

Vogais efectivos:

1.º Engenheiro Fernando Coutinho Caldeira, director de departamento de Equipamentos Municipais do município da Guarda.

2.º Engenheiro António Júlio Gomes Patrício, director de departamento de Obras Públicas do município da Guarda.

Vogais suplentes:

1.º Engenheiro Joaquim Marques Godinho Fernandes, chefe de divisão de Serviços Gerais do município da Guarda.

2.º Arquitecto Vítor Manuel dos Santos Gama, chefe de divisão de Edifícios Municipais, em regime de substituição, do município da Guarda.

14 — Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo n.º 9 da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

1000311285

CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**Aviso n.º 4334/2007**

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 139.º e no artigo 140.º do Decreto-Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por meu despacho exarado em 16 de Fevereiro de 2007, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo na categoria de auxiliar técnico de turismo, por um período de um ano com início em 1 de Abril de 2007 e termo em 31 de Março de 2008, com as trabalhadoras Maria Antunes Vinagre Galante, Maria do Almortão Dias Fernandes dos Reis e Maria José Martins Farrupas Dias Caroço. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g), do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

16 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611000009

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**Aviso n.º 4335/2007**

Por despacho de 14 de Fevereiro de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Foram Abel António da Silva Marta, Alexandre José da Fonseca Fernandes de Sousa, Ana Paula Costa Roque, António José da Silva

Antunes, Carlos Alberto Matos Nabais da Costa, Isabel Maria Pereira Baía Simões, Isaura Lopes de Oliveira Ressurreição, José Manuel de Sousa Freire, Manuel da Fonseca Gaspar, Maria Celeste da Silva Freire, Maria Dulce Costa Jorge de Oliveira Pegado, Maria de Fátima Magalhães Coutinho Guimarães Gonçalves Pereira, Maria Isabel Candeias de Sousa Gago, Maria Martins Grosso Viegas da Silva, Mário José do Nascimento de Andrade Gomes e Pedro José Pereira Meneses Monteiro, engenheiros civis assessores, nomeados, precedendo concurso, engenheiros civis assessores principais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

Foram Álvaro António Costa Silvério de Matos, Ana Rita de Almeida Fernandes Pignatelli Mégre, Carlos Frederico Martins Mendes, Carlos Miguel Álvaro Andrade, Dulce da Conceição Fernandes Queiroz da Silva Ribeiro, Helena Margarida Ventura da Cunha Lopes, Henrique José Gonçalves de Carvalho, Isabel Maria Mendes da Silva Corda, Isabel Maria Pinto Gonçalves de Almeida, Jorge Manuel Cabrita Trigo, Luís Filipe França de Sá, Maria Amália Martins Dias, Maria Hermínia Perdigoto Louro, Maria de Lurdes Sales de Almeida Baptista, Maria Telma de Sousa Rodrigues, Maria Vitória Lourenço Pinheiro, Natália Maria Antónia, Pedro Teotónio Miranda Albuquerque, Rosa Margarida Guerra de Almeida Bastos e Rosa Maria de Sousa Leite Goulart de Ávila, técnicos superiores (história) de 1.ª classe, nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores (história) principais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

Foi Maria Isabel Rodrigues Coelho, técnica superior (urbanismo e planeamento) de 2.ª classe, nomeada, precedendo concurso, técnica superior (urbanismo e planeamento) de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

Foi Moisés Lurdito António Fernandes da Costa Campos, técnico profissional (assistente de arqueologia) de 1.ª classe, nomeado, precedendo concurso, técnico profissional (assistente de arqueologia) principal, do grupo de pessoal técnico profissional, do quadro de pessoal deste município.

15 de Fevereiro de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*.

3000226142

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 4336/2007

Nomeação — Direito à carreira

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 26 de Janeiro de 2007 e nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, o funcionário José Chorão Teles, tem direito à categoria de engenheiro civil assessor principal, com efeitos a 26 de Janeiro de 2007, com dispensa de concurso.

1 de Fevereiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000226075

Aviso n.º 4337/2007

Renovação da comissão de serviço

Para os devidos efeitos torna-se público que, na sequência da nomeação através de concurso e por despacho do presidente da Câmara de 24 de Janeiro de 2007, foi renovada a comissão de serviço por igual período do engenheiro civil de 1.ª classe Raul Jorge Morais Leitão como chefe da Divisão de Transportes, a partir de 1 de Abril de 2007, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

A presente renovação da comissão de serviço fundamenta-se nos resultados da actividade até agora desempenhada, que evidencia a existência de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme o relatório apresentado nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

1 de Fevereiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000226077

Aviso n.º 4338/2007

Anulação do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar para técnico superior de serviço social assessor principal

Para os devidos efeitos torna-se público que o aviso de abertura publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007, foi anulado por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 31 de Janeiro de 2007 por não existir trabalhadores em condições de se candidatarem.

2 de Fevereiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000226080

Aviso n.º 4339/2007

Concurso externo de ingresso para admissão de um arquitecto paisagista de 2.ª classe

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 29 de Janeiro de 2007, Ana Maria Martins Luís, após ter realizado o respectivo estágio, foi nomeada, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Fevereiro de 2007, arquitecta paisagista de 2.ª classe, na sequência do concurso externo publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 281, de 5 de Dezembro de 2003.

5 de Fevereiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

3000226079

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

Aviso n.º 4340/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se constar que, por despacho de 1 de Fevereiro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior (engenheiro civil) assessor.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga colocada a concurso, caducando com o preenchimento da mesma.

4 — Local de trabalho — na área do município de Lousada.

5 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 6871/2002, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Abril de 2002.

6 — Vencimento — índice 610 da escala indicatória para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente € 1993,18.

7 — Regime de trabalho — horário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são os constantes do anexo ao presente aviso.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constarão de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos legítimos interessados sempre que solicitadas e para efeitos de consulta, nos termos do disposto na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

9.2 — Requisitos especiais — os constantes da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

10 — Formalização de candidatura — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lousada, sita na Praça do Dr. Francisco Sá Carneiro, apartado 19, 4624-909 Lousada, e enviado pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente, até às 16 horas, no Departamento de Administração Geral, Frente de Atendimento, do qual constarão os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, código postal, categoria profissional,